

ASPECTOS DA ANÁLISE DA CONFIGURAÇÃO TEXTUAL DE *METODOLOGIA DA LINGUAGEM* (1949), DE J. BUDIN¹

Gizelma Guimarães Pereira SALES²

RESUMO

Com os objetivos de contribuir para a produção de uma história do ensino de língua e literatura e para a compreensão de um importante momento da história do ensino de língua portuguesa no Brasil, focaliza-se a proposta de ensino apresentada por J. Budin (1914 – 1953), em *Metodologia da linguagem*: para uso das escolas normais e institutos de educação, cuja 1ª. edição foi publicada em 1949, pela Companhia Editora Nacional (SP). Mediante abordagem histórica, centrada em pesquisa documental e bibliográfica, desenvolvida por meio da utilização de procedimentos de localização, recuperação, reunião, seleção e ordenação de fontes documentais, analisou-se a configuração textual do manual mencionado. Essa análise consistiu em enfocar o conjunto de aspectos constitutivos do sentido desse manual, a saber: aspectos temático-conteudísticos e estruturais formais; características do autor e dos leitores a quem se destinava; do momento histórico em que foi produzido e necessidades e finalidades às quais respondia. Os resultados da pesquisa permitiram constatar que *Metodologia da Linguagem*, de Budin, foi um dos primeiros manuais de ensino da linguagem publicados no Brasil, tendo sido representativo para a formação de professores primários, especialmente entre o final da década de 1940 até meados da década de 1960, e que nesse manual estão presentes concepções de ensino que divulgavam e sintetizavam os princípios da “Escola Nova”, características do momento histórico-educacional em que foi publicado.

Palavras-chave: J. Budin; Metodologia da linguagem; Formação de professores; Manual de ensino; Pesquisa histórica em educação.

Introdução

Apresento, neste artigo, resultados de pesquisa de iniciação científica (Bolsa Pibic/CNPq/Unesp), vinculada às linhas “Formação de professores” e “Ensino de língua portuguesa” do Gphellb – Grupo de Pesquisa “História do Ensino de Língua e Literatura no Brasil” e dos Projetos Integrados de Pesquisas “História do Ensino de Língua e

¹ Artigo resultante de atividades desenvolvidas como bolsista de Iniciação Científica (Pibic/CNPq/Unesp – fev. 2009 a jan. 2010) sob a orientação da Profª. Drª. Maria do Rosário Longo Mortatti. E-mail: mrosario@marilia.unesp.br.

² Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências, campus de Marília. Email: gizapsales@ig.com.br.

Literatura no Brasil”³ e “Bibliografia Brasileira de História do Ensino de Língua e Literatura no Brasil (2003-2011)”⁴, ambos coordenados por Maria do Rosário Longo Mortatti.

O Gphellb decorre do Programa de Pesquisa “História do Ensino de Língua e Literatura no Brasil”. Desse grupo e desse programa de pesquisa, criados em 1994, resultou o Projeto Integrado de Pesquisa “História do ensino de língua e literatura no Brasil”, em desenvolvimento, em etapas trienais, desde 1995, todos eles coordenados pela Prof^a. Dr^a. Maria do Rosário Longo Mortatti. O Gphellb, o Pphellb e o Piphellb estão organizados em torno de tema geral, método de investigação e objetivo geral que são comuns a todas as pesquisas de seus integrantes. O tema geral — ensino de língua e literatura no Brasil — se subdivide em cinco linhas de pesquisa: “Formação de professores”; “Alfabetização”; “Ensino de língua portuguesa”; “Ensino de literatura”; e “Literatura infantil e juvenil”. O método de investigação está centrado em abordagem histórica, com análise da configuração textual de fontes documentais.

Com os objetivos de contribuir para a produção de uma história do ensino de língua e literatura no Brasil e para a compreensão de um importante momento da história do ensino de língua portuguesa e da formação de professores primários no Brasil, focalizo, neste artigo, a proposta para esse ensino apresentada por J. Budin⁵ (1914-1953) em *Metodologia da linguagem*: para uso das Escolas Normais e Institutos de Educação, cuja 1^a. edição⁶ foi publicada em 1949, pela Companhia Editora Nacional (SP).

Mediante abordagem histórica centrada em pesquisa documental e bibliográfica, por meio dos procedimentos de localização, recuperação, reunião, seleção e ordenação de fontes documentais *de e sobre* J. Budin, assim como de bibliografia especializada sobre o tema, analisei o manual de ensino *Metodologia da linguagem* (1949), de J. Budin, de acordo com o método de análise da configuração textual. Esse método, proposto por Mortatti (2000), consiste em focar os diferentes aspectos constitutivos de sentido de um texto. Trata-se de analisar:

[...] o conjunto de aspectos constitutivos de determinado texto, os quais se referem: às opções temático-conteudísticas (o quê?) e

³ Cadastrado no diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil – CNPq e certificado pela Unesp. Informações disponíveis em: <http://www.marilia.unesp.br/gphellb>.

⁴ Apoio CNPq. Processo n.º. 48.2749/2009-1

⁵ Destaco que localizei o primeiro nome da autora grafado de diferentes formas: J. Budin, Jeanete Budin e Jeannette Budin. Em todos os títulos de livros de J. Budin localizados, até o momento, o primeiro nome da autora encontra-se sempre abreviado (J. Budin).

⁶ Destaco que até o momento do encerramento da pesquisa localizei referências apenas dessa edição.

estruturais formais (como?), projetadas por um determinado sujeito (quem?), que se apresenta como autor de um discurso produzido de determinado ponto de vista e lugar social (de onde?) e momento histórico (quando?), movido por certas necessidades (por quê?) e propósitos (para quê), visando a determinado efeito em determinado tipo de leitor (para quem?) e logrando determinado tipo de circulação, utilização e repercussão. É, portanto, a análise integrada desses aspectos que propicia ao investigador: reconhecer e interrogar determinado texto como configuração [...] e dele produzir uma leitura possível e autorizada, a partir de seus próprios objetivos, necessidades e interesses. (p. 31).

Esclareço que, para os objetivos da pesquisa de que resultou este artigo, “manual de ensino” é utilizado no sentido em que o utilizamos nas pesquisas desenvolvidas no âmbito do Gphellb, a saber: um tipo de livro didático destinado à utilização em cursos de formação de professores e que contém os saberes considerados necessários para que os professorandos aprendam a ensinar determinada disciplina ou matéria do curso primário. Esse termo equivale a outros termos como: “compêndio”; “tratado”; “livro didático”; e, ainda, a “manual pedagógico”, que, de acordo com Silva (2002), refere-se a “[...] escritos que ordenam o conjunto de saberes a serem transmitidos aos normalistas, além de definirem com isso, determinados modos de transmissão e apreensão desses conhecimentos.” (p. 36).

1 Aspectos da vida, formação e atuação Profissional de J. Budin

Janetta Budin nasceu em 1914, no Rio Grande do Sul, e faleceu em 1953, na cidade do Rio de Janeiro. Budin diplomou-se em Letras, em 1937, pela Escola de Filosofia e Letras da Universidade do Distrito Federal (UDF), localizada na cidade do Rio de Janeiro e integrou o corpo discente da primeira turma a se formar nessa instituição. (SILVA, 1984).

Quanto à atuação profissional, Budin ocupou o cargo de professor catedrático⁷ do Instituto de Educação do Distrito Federal – RJ, entre as décadas de 1940 e 1950, tendo ministrado disciplinas “Língua Portuguesa” e “Literatura”, no Curso Normal e no Curso Secundário Ginásial. (SILVA, 1984).

⁷ Essa é a informação que consta nos livros de autoria de Budin. O termo “Professor catedrático” se refere ao cargo de professor titular de determinada disciplina, nas públicas brasileiras. Essa nomenclatura foi alterada para “Professor titular”, a partir do Decreto-lei n°. 464, de 1960. Informações disponíveis em: <http://www.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 25 nov. 2009.

Budin é autora do manual de ensino *Metodologia da linguagem* para uso das Escolas Normais, Institutos de Educação (1949); co-autora, juntamente com Sílvio Elia, do *Compêndio de Língua e Literatura: Gramática – Literatura – Antologia* (1951); e do *Compêndio de Língua e Literatura: para uso das Escolas Normais, Institutos de Educação, Faculdades de Filosofia e alunos do Colegial* (1953), composto por três volumes, todos publicados pela Companhia Editora Nacional (SP). (RANAURO, 1997).

2 Aspectos estruturais-formais e temático-conteudísticos de Metodologia da Linguagem

Para a consecução dos objetivos da pesquisa de que resulta este artigo, analiso um exemplar de *Metodologia da Linguagem* presumivelmente da 1ª. edição publicada em 1949, pela Companhia Editora Nacional.

O exemplar analisado é composto por 168 páginas, impressas em papel do tipo jornal, com capa em encadernação tipo brochura, medindo 19,8 x 14,5 cm. Na parte superior da capa, podem-se observar o nome da autora, seguido do título do manual; ao centro, na parte inferior, a razão social da editora e o local de publicação; na quarta capa, na parte inferior, à esquerda, consta a informação da gráfica: “Tipografia Edanee Ltda. Imprimiu – São Paulo” (BUDIN, 1949); na página que segue à capa, encontra-se apenas o título do livro; na folha de rosto, repetem-se as informações da capa e são acrescentadas informações sobre o cargo ocupado pela autora, a saber: “Professor catedrático do Instituto de Educação do Distrito Federal” (BUDIN, 1949); seguido do público ao qual o manual se destinava – “para uso das Escolas Normais e Institutos de Educação” (BUDIN, 1949); no verso da folha de rosto consta o número de série do exemplar – “4639”, a data de publicação – “1949”, e a inscrição “Printed in the United States of Brasil, impresso nos Estados Unidos do Brasil” (BUDIN, 1949); na página seguinte, consta a dedicatória: “À minha Mãe, a primeira e a melhor das mestras que tive”; na próxima página, os agradecimentos a “Cecília Meireles, Elvira Nizinski e Maria Reis Campos (falecida em 1948) cujas aulas, apostilas e resumos tanto me ajudaram neste trabalho”. (BUDIN, 1949).

Na 5ª. e na 6ª. páginas, encontram-se informações sobre o “Programa de ensino do Curso Normal do Instituto de Educação do Distrito Federal”; e na 7ª. página, encontra-se o índice geral, destinado à 2ª. e 3ª. séries do curso normal. (BUDIN, 1949).

A numeração das páginas de *Metodologia da linguagem* é iniciada a partir da “Unidade I”. Esse manual é composto por sete unidades, assim intituladas: Unidade I “A linguagem”; Unidade II – “A criança e a linguagem”; Unidade III – “Fundamentos metodológicos do ensino da linguagem”; Unidade IV – “Ensino da leitura e da escrita”; Unidade V – “O ensino da composição”; Unidade VI – “O ensino da ortografia e da gramática”; e Unidade VII – “Literatura Infantil”. (BUDIN, 1949).

Nas seis primeiras unidades de *Metodologia da linguagem*, destinadas à 2ª. série do curso normal, Budin aborda o ensino da linguagem, da leitura e da escrita, da composição, da ortografia e da gramática. Na 7ª. Unidade, destinada aos alunos da 3ª. série do curso normal, a autora aborda o ensino da literatura infantil. (BUDIN, 1949).

Ao final de cada unidade, a autora apresenta os seguintes sub tópicos: “Sugestões para trabalhos” – em que traz propostas de atividades e temas para discussões; e “Livros a consultar” – em que apresenta lista de livros e seus respectivos autores que tratam do assunto estudado nesse tópico ou unidade. (BUDIN, 1949).

Budin (1949) define que a natureza e função da linguagem “[...] constituem qualquer sistema de símbolos conhecidos que se usam para determinar ou impedir reações específicas de pensamentos, sentimentos ou ações.” (p. 6); apresenta ainda, outra definição de linguagem, que considera mais comumente utilizada “[...] *um sistema de sinais*, admitindo-se como *senal* qualquer símbolo capaz de servir à comunicação entre os homens” (p. 6, grifos da autora). Nesse sentido, a fala e o gesto são formas de linguagem, que segundo a autora, têm algumas finalidades: comunicação; “o prazer de falar; gesto social; e evitar hostilidade”. (p. 7,8).

A autora delimita o sentido da linguagem, afirmando “[...] que nela o que há de mais importante é o fato de constituir um conjunto de símbolos, por meio dos quais se externa o pensamento, sendo um meio de intercomunicação, com finalidade social.” (p. 8). Podendo ainda, ser expressa das seguintes formas: falada, mímica e escrita. (p. 8).

Para Budin (1949, p. 1), “A origem da linguagem se confunde, pois, com a própria origem do homem e das sociedades humanas [...]”. E aponta que:

[...] a capacidade de falar, é, nas pessoas, *inata*, contudo, a linguagem particular de cada indivíduo resulta de uma aquisição, tornada possível graças a um sistema de coordenações *neuro-musculares*. A hereditariedade biológica só dá a capacidade de adquirir linguagem e esta resulta, inteiramente, do ambiente onde cada um vive. (BUDIN, 1949, p. 9, grifos da autora).

3 Aspectos da Companhia Editora Nacional

Como já mencionei, *Metodologia da linguagem*, de J. Budin foi publicado pela Companhia Editora Nacional, em 1949. Fundada em 1925, pelo escritor José Bento Monteiro Lobato, tendo como sócio Octalles Marcondes Ferreira, a Companhia Editora Nacional pretendia promover a prática da leitura e tornar os livros acessíveis à maioria da população brasileira, na tentativa de minimizar os altos índices de analfabetismo do país: “O objetivo da empresa era que suas publicações – obras didáticas, cartilhas de alfabetização e de higiene, obras técnico-comerciais – chegassem às escolas de todo o país com preços acessíveis.” (IBEP, 2009).

Importantes escritores brasileiros como Machado de Assis, José de Alencar, Oswald de Andrade, Raquel de Queiroz, tiveram seus livros publicados pela Companhia Editora Nacional, além de essa editora ter publicado muitos livros da literatura universal, traduzidos pelo próprio Monteiro Lobato. (IBEP, 2009).

Segundo Hallewell (2005), em 1927, Lobato assumiu o cargo de adido comercial brasileiro em Washington-EUA, ficando afastado da direção da editora, por um longo período. Ao retornar ao Brasil e sofrendo as consequências da queda da bolsa de valores americana, em 1929, Lobato vende suas ações da empresa ao irmão de Octalles Marcondes. A partir de 1937, Lobato retornou à Nacional contribuindo significativamente como autor e tradutor.

Hallewell (2005) aponta que a produção da Companhia Editora Nacional passou, no decorrer dos anos seguintes, por momentos de instabilidade, porém, na década de 1960, suas publicações correspondiam a cerca de 10% do total impresso no país. Em 1973, após a morte de Octalles Marcondes, a presidência da empresa passou ao seu irmão Lindolfo, [...] “que não possuía experiência gerencial e desconhecia o negócio editorial”, ocasionando uma grande crise na empresa. (HALLEWELL, 2005, p. 382). Em 1974 a Editora José Olympio solicitou auxílio financeiro para comprar a Companhia Editora Nacional, porém, essa operação não chegou a ser finalizada. A empresa de José Olímpio solicitou ajuda governamental: no caso, o financiamento total da operação; assim, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) adquiriu a totalidade das ações da empresa “[...], contudo, a situação econômica da José Olympio tornava impossível a desejada transferência e a Nacional acabou tornando-se propriedade do BNDE”. (HALLEWELL, 2005, p.384).

Em 1980, a Companhia Editora Nacional foi adquirida pelo Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas – IBEP por um vantajoso preço. (HALLEWELL, 2005, p. 384).

4 Aspectos do momento histórico de publicação de Metodologia da Linguagem

Como já informei, o manual de ensino *Metodologia da Linguagem*, de Budin foi representativo para a formação de professores primários, no momento histórico em que foi publicado, especialmente devido à importância que tinham os manuais de ensino e compêndios, nesse momento.

Segundo Mortatti (2000), a partir do final do século XIX, começaram a circular, entre os intelectuais brasileiros, traduções de livros e manuais estrangeiros abordando a educação e o ensino. No entanto, é a partir da década de 1930 que se intensificam essas traduções e passam a circular os primeiros livros e manuais de ensino produzidos por paulistas e fluminenses, enfatizando o ensino da leitura e da escrita.

[...] acompanhando o anseio da nacionalização e o novo “clima cultural da década de vinte”, a novidade, a partir de 1930, é a sedimentação de uma produção mais sistemática e freqüente de educadores brasileiros [...] que abordando questões pedagógicas e, em particular, o aprendizado da leitura e da escrita, passam a circular, entre o professorado paulista ao longo do momento em foco, sob a forma de: livros de divulgação, contendo ensaios, relatórios de pesquisas experimentais ou propostas de ensino originais; e manuais de ensino para uso especialmente em escolas normais e institutos de educação. (p. 197).

Para a autora, dentre os primeiros livros e manuais de ensino estrangeiros que circularam no Brasil, nesse momento, destacam-se os “[...] que tematizam as então modernas idéias da escola ativa, como Claparède (1933) e A. M. Aguayo (1935) [...]” (p. 196). Dentre os manuais brasileiros destinados ao ensino da leitura e da escrita, destacam-se: “[...] *Como ensinar linguagem* (1933), de Firmino Costa [...] *Testes ABC* (1934), de Lourenço Filho e *A escrita na escola primária*, de Ormindia I. Marques (1936)” (p. 197). A autora ressalta que os dois últimos livros apresentam resultados de pesquisas experimentais sobre psicologia e pedagogia realizadas em São Paulo, por Lourenço Filho e, no Distrito Federal, por Ormindia Marques.

Ainda segundo Mortatti (2000),

[...] nesses manuais encontram-se: história dos métodos de ensino da leitura e da escrita, suas bases psicológicas e pedagógicas e indicação do método a ser utilizado pelo futuro professor, sempre sob a forma de

lições, subdivididas em pontos para estudo e exercícios de fixação. (p. 198).

As experiências didáticas desses autores, concretizadas nesses manuais, de certa forma,

[...] permitem compreender a relação entre o surgimento desse tipo de produção sobre o objeto de estudo em questão e o relativamente recente processo de autonomização de Didática Especial ou *Metodologia da Linguagem* com matérias distintas de Didática Geral ou Metodologia Geral e constituindo cadeiras específicas nos cursos de formação de professores dos Institutos de Educação e Escolas Normais, e consolidando-se, assim, tanto a disciplina Metodologia da Linguagem como ramo da Pedagogia e da Psicologia quanto concepções de leitura e escrita relacionadas com essas áreas do conhecimento. (MORTATTI, 2000, p. 198).

O momento em que o manual *Metodologia da linguagem* foi publicado corresponde ao que Mortatti (2000) classifica como “terceiro momento crucial” da história da alfabetização no Brasil (meados de 1920 ao final de 1970), que a autora denomina “alfabetização sob medida”. Nesse momento ocorreram disputas entre os defensores do “método misto” (analítico-sintético ou sintético-analítico) e os defensores do método analítico, considerados pelos defensores do método misto, “tradicionais”. Segundo a autora, houve certo “[...] ecletismo processual e conceitual, que passa a permear as tematizações, normatizações e concretizações relativas à alfabetização [...] (MORTATTI, 2000, p. 36). Nesse momento também, intensificou-se a influência da psicologia sobre o ensino da leitura e da escrita, especialmente a partir da disseminação das bases psicológicas apresentadas no livro *Testes ABC: para verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e da escrita* (1934), de Manoel Bergström Lourenço Filho,

Esse momento coincide com as influências, no Brasil, do ideário da “Escola Nova”, que, segundo Mortatti (2000), representa a busca da concretização de certas aspirações características do momento em questão.

Visando a uma política nacional de educação, mediante a integração e generalização, em nível nacional, de iniciativas estaduais renovadoras, mas regionalmente localizadas, da década de 1920, e à organização sistêmica do ensino em seus diferentes graus – primários, secundário e superior – modalidades – normal, rural e profissional –, essa aspiração encontra sua síntese nos princípios da “escola nova”, tal como passam a ser interpretados, divulgados e institucionalizados pelos renovadores e inovadores da época – a partir, sobretudo, d’*O manifesto dos pioneiros da educação nova* (1932) –, particularmente por aqueles que aliam atividades intelectuais e acadêmicas com atividades político-

administrativas, como, por exemplo, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. Nesse *Manifesto* lançam-se “as diretrizes de uma política escolar, inspirada em novos ideais pedagógicos e sociais e planejada para uma civilização urbana e industrial” (Azevedo, 1963, p. 666), com o objetivo de romper com a tradição e adaptar a educação à nova ordem política e social desejada. (MORTATTI, 2000, p. 143, grifos da autora).

Segundo Nagle (1974), os ideais da “Escola Nova” representavam uma mudança de objetivos e de sentidos para a educação brasileira e considera que:

[...] a penetração dos ideais da Escola Nova e a tentativa de realização dos seus princípios nas instituições escolares será outra característica que define um novo sentido das transformações que se processam no terreno da história das idéias educacionais e no domínio da história das instituições escolares. (p. 239).

Para compreender o processo histórico que originou o movimento “Escola Nova”, no Brasil, Nagle (1974) aponta que esse processo é muito anterior à década de 1930, podendo ser compreendido por duas fases: a primeira, com início no final do período imperial e início do século XX, é caracterizada como “[...] fase preparatória” (p. 239); a segunda, a da difusão e realizações” (p. 241), é caracterizada, principalmente por movimentos de ideias liberais e reformadoras na tentativa de promover sua institucionalização. Esse movimento, disseminado através de um número crescente de literatura que tratava dos problemas educacionais, “[...] reflete a confluência de dois importantes acontecimentos: a inquietação social e o entusiasmo pela educação.” (NAGLE, 1974, p. 261).

Quanto à influência da “Escola Nova” nos cursos de formação de professores, especialmente Cursos Normais e nas reformas educacionais promovidas no Distrito Federal, Cunha (1995) considera que:

[...] a introdução da disciplina de Sociologia [...] nos cursos Normais e as orientações da reforma promovida no Distrito Federal por Fernando de Azevedo são exemplos de que a Escola Nova enxergava além do indivíduo como *ser* psicológico, além do aluno como *ser* isolado. (p. 21, grifo do autor).

Esse movimento renovador proporcionou uma nova perspectiva de ensino-aprendizagem. Para Nagle (1974), portanto, o movimento escolanovista:

[...] transforma-se o sentido das antigas práticas, aparecem novas, bem como são introduzidas outras atividades e alteradas as existentes. Com isso se desenvolve uma nova didática ou, mais amplamente, é toda uma nova pedagogia que inicia sua trajetória no período, ao serem indicadas e ressaltadas as condições ótimas para funcionamento do

novo modelo que vem apresentar a situação de ensinar-aprender. (p. 244).

O movimento escolanovista trouxe, segundo Nagle (1974), influências significativas no campo educacional, principalmente, a partir dos estudos da Psicologia que revelou a necessidade de modificações importantes no conteúdo e na maneira de ensinar. Para o autor:

[...] a psicologia aparece, muitas vezes, como principal domínio científico que fornece os recursos para transformar a escolarização numa técnica altamente racionalizada e, assim, libertá-la de uma série de concepções errôneas, segundo as quais a tarefa educativa é, exclusivamente, questão de tato, de dom, de intuição, de prática, de vocação; [...] é por meio dos estudos psicológicos que se conhece a natureza da criança, a dinâmica dos seus interesses e desejos, as leis do seu crescimento mental, as suas tendências. (p. 247).

Nesse sentido, Nagle (1974) considera que a psicologia deslocou o foco do ensino, antes voltado ao professor e ao método, para a criança, levando em conta seus aspectos psicológicos, interesses e necessidades. E compreende que o movimento escolanovista, além do enfoque psicológico, se encaminhou para “[...] algumas afirmações de tendência social [...]” (p. 255).

O escolanovismo, segundo Cunha (1995), “[...] situa a origem do movimento renovador em ideais e reflexões pertencentes ao âmbito das relações sociais [...]” (p. 34).

Os educadores do movimento “Escola Nova” tinham como objetivo promover uma reconstrução educacional no país, uma vez que consideravam inadequados e ultrapassados os moldes da “Escola Tradicional” de caráter empirista, especulativo e metafísico. (CUNHA, 1995).

Cunha (1995) compreende ainda que o ideário escolanovista:

[...] em consonância com a dupla preocupação, ao mesmo tempo no âmbito do indivíduo e da sociedade, firmam-se os norteamentos para a formação de professores: eles deveriam abarcar conhecimentos relativos ao homem e à sociedade, de modo coerente com a caracterização do trabalho de ensinar feita pelo ideário renovador – que implica atuar sobre a criança enquanto indivíduo e *ser* social. (p. 35, grifo do autor).

As influências da psicologia e sociologia contribuíram, principalmente, para os avanços dos estudos sobre a criança, o desenvolvimento humano, os interesses e necessidades e as diferenças individuais. (NAGLE, 1974).

Quanto ao professor, entende Nagle (1974), esse passa a desempenhar o papel de educador que “[...] será um simples agente fornecedor dos meios para que a criança se desenvolva por si.” (p. 249).

E considera, ainda que:

Em confronto com a “escola tradicional” [...] a Escola Nova se fundamenta em nova concepção sobre a infância. Esta é considerada – contrariamente à tradição – como estado de finalidade intrínseca, de valor positivo, e não mais como condição transitória e inferior, negativa, de preparo para a vida do adulto. Com esse novo fundamento se erigirá o edifício escolanovista: a institucionalização do respeito à criança, à sua atividade pessoal, aos seus interesses e necessidades, tais como se manifestam nos estágios do seu desenvolvimento natural. (p. 248-249).

Segundo Aguayo (1959), “O mestre deve considerar a criança como ser autônomo a que a educação fará responsável por seus atos e de quem se espera que na idade adulta tome a livre direção da própria conduta.” (p. 78).

Diante dessa concepção de ensino, o autor compreende que o professor deve levar em conta a liberdade da criança, atuando de forma prudente e considerando alguns aspectos:

[...] regulada pela disciplina; deve favorecer a espontaneidade e o poder criador do aluno; deve também ser genético, socializado e propício à formação da personalidade; deve contribuir para a educação econômica do jovem para a aquisição da cultura; e, finalmente, deve exercitar as crianças no emprêgo nobre e digno dos lazeres. (AGUAYO, 1959, p. 82).

A aprendizagem é, para o autor, “[...] produto da atividade da criança e não obra do mestre. É fora de dúvida que todo processo didático deve ter como preliminar necessária a liberdade do educando”. (p. 78).

Um novo conceito de aprendizagem foi influenciando consideravelmente o sistema escolar brasileiro, aponta Nagle (1976). Nesse sentido, os ideais da “Escola Nova” implicaram, “[...] necessariamente, mudança profunda na metodologia educativa, [provocando reações] contra o ‘didatismo deformador’[...]” (p. 250). Nesse momento, “[...] o que importa não é aprender coisas, mas aprender a observar, a pesquisar, a pensar, enfim, aprender a aprender”. (NAGLE, 1974, p. 250).

O movimento “Escola Nova”, que pretendia promover mudanças no âmbito educacional, também buscava contemplar outros aspectos, conforme aponta Nagle (1974):

[...] apesar de iniciar-se como processo de revisão dos procedimentos tradicionais de ensino e como fenômeno de exaltação individualista, o movimento encaminhou-se, posteriormente, para reexame da finalidade e natureza da escola, quando deixa transparecer, nessa fase, a existência de esforços com o objetivo de associar as idéias e planos educacionais com os instrumentos de reconstrução moral e social. (p. 250).

Esse movimento disseminou, portanto, novas propostas educacionais, consideradas inovadoras, naquele momento histórico. A partir dessas influências, ocorreram inúmeras reformas nos sistemas escolares, tanto estaduais, quanto nacional⁸, que transformaram o conceito de escola e as práticas pedagógicas.

Diante do exposto, o manual de ensino *Metodologia da linguagem* (1949), de Budin, pode ser compreendido como representativo das idéias do movimento “Escola Nova”, uma vez que, nesse manual, a autora divulga princípios diretamente relacionados com esse movimento como: concepção de linguagem entendida como um produto das relações sociais; o desenvolvimento humano, os interesses, necessidades e as diferenças individuais; a contribuição da sociologia e da psicologia que deslocam o foco do ensino, antes voltado ao professor e ao método, para a criança, levando em conta seus aspectos psicológicos; consideração de que o educador é fornecedor dos meios para que a criança se desenvolva naturalmente; concepção de leitura e escrita como uma “capacidade” a ser aprendida pela criança; utilização do “método centro de interesse” e do “método de projetos”; concepção de “maturidade” e utilização de testes com o objetivo de verificar e avaliar a maturidade do pensamento infantil.⁹

Considerações Finais

Os resultados apresentados, neste artigo, referem-se à pesquisa de iniciação científica, que resultou em Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia, desenvolvida por meio de abordagem histórica, centrada em pesquisa documental e bibliográfica. Por meio da análise da configuração textual de *Metodologia da linguagem* (1949), de Budin, foi possível compreender os diferentes aspectos constitutivos do sentido desse manual, como: aspectos temático-conteudísticos e estruturais formais; características do

⁸ Dentre essas reformas, destacam-se as ocorridas no Ceará, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Distrito Federal.

⁹ Especialmente os *Testes ABC*: para verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e da escrita (1934), de Manoel Bergström Lourenço Filho.

autor e dos leitores a quem se destinava; do momento histórico em que foi produzido; necessidades e finalidades às quais respondia.

Foi possível constatar que esse manual de ensino está diretamente relacionado com as características apresentadas por Mortatti (2000) para o “terceiro momento crucial” na história da alfabetização no Brasil, como informei anteriormente. Essas características, por sua vez, correspondem aos ideais propagados pelo movimento “Escola Nova”, no Brasil, divulgados no momento histórico em questão.

Constatei, também, que *Metodologia da linguagem* foi um dos primeiros manuais de ensino da linguagem destinados à utilização nos cursos de formação de professores primários no Brasil e tornou-se representativo para a formação de professores, no momento histórico de sua publicação (do final da década de 1940 até meados da década de 1960), tendo sido utilizado para orientar os futuros professores a desempenhar suas funções como professores primários (também alfabetizadores), divulgando e sintetizando saberes considerados necessários e que estavam relacionados com o ideário do movimento de renovação educacional proposto pela “Escola Nova.”

Considero que os resultados aqui apresentados podem contribuir: para o desenvolvimento de pesquisas históricas sobre formação de professores e ensino de língua portuguesa; para a produção de uma história do ensino de língua e literatura; para a compreensão de um importante momento da história do ensino da língua portuguesa no Brasil; e para o desenvolvimento de pesquisas correlatas, podendo subsidiar o trabalho de futuros pesquisadores sobre aspectos aqui pouco explorados.

Referências

AGUAYO, Alfredo Miguel. *Didática da Escola Nova*. Tradução e notas J. B. Damasco Penna e Antônio D'Ávila. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959. (Atualidades Pedagógicas, v. 15).

BUDIN, J. *Metodologia da linguagem: para uso das escolas normais e institutos de educação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949.

CUNHA, Marcus Vinicius da. *A educação dos educadores: da escola nova à escola de hoje*. Campinas: Mercado de letras. 1995.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. Trad. Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo G. de Souza. 2.ed. rev. ampl. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

IBEP, Companhia Editora Nacional. Disponível em: <http://www.ibep-nacional.com.br/>. Acesso em 1 de julho de 2009.

MAGNANI, Maria do Rosário M. *Em sobressaltos: formação de professora*. São Paulo: Ed. Unicamp, 1997.

MORTATTI, Maria do Rosário L. *Os sentidos da alfabetização*: São Paulo 1876/1994. São Paulo: Ed. Unesp. 2000.

_____. Notas para uma história da formação do alfabetizador no Brasil. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. v. 89, n. 223, set/dez. 2008. Brasília: INEP, 2008. p. 467-476.

_____. Notas sobre linguagem, texto e pesquisa histórica em educação. In: *História da Educação*. Pelotas, v. 6, p. 69-77, out. 1999.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

RANAURO, Hilma. *Contribuições à historiografia dos estudos científicos da linguagem no Brasil*: Sílvio Elia e João Ribeiro. Rio de Janeiro. Ed. Tempo Brasileiro/Feuc. 1997.

SALES, Gizelma Guimarães Pereira. *Bibliografia de e sobre J. Budin (1914-1953): um instrumento de pesquisa*. Marília, 2009. (digitado).

SILVA, Maximiano de Carvalho e. *Sousa da Silveira: o homem e a obra sua contribuição à Crítica Textual no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença, 1984.

SILVA, Vivian Batista da. Uma história das leituras para professores: análise da produção e circulação de saberes especializados nos manuais pedagógicos (1930-1971). In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25., 2002. Caxambu. [s.l.:s.n], 2001. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/25/vivianbatistasilvat02.rtf>> Acesso em: 15 jun. 2009.